



ITÁ ENERGÉTICA S.A.
CNPJ nº 01.355.994/0001-21

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2016

Senhores Acionistas,
A Administração da Itá Energética S.A. ("Itasa" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. As informações estão apresentadas em milhares de reais exceto quando especificado em contrário e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Empresa – A companhia tem como acionistas a Companhia Siderúrgica Nacional e a ENGIE Brasil Energia S.A., com participações individuais de 48,75%, e a Companhia de Cimento Itambé, com os restantes 2,50%. Foi constituída em julho de 1996 com o objetivo de construir e, em regime de concessão compartilhada, explorar a Usina Hidrelétrica de Itá – UHE Itá, com 1.450 MW de potência instalada, localizada no rio Uruguai, fronteira dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A Itasa compartilha a concessão da UHE Itá com a ENGIE, que juntas compõem o Consórcio Itá, com participações de 60,5% e 39,5%, respectivamente, garantindo à empresa 404,14 MW médios de energia assegurada.

Desempenho Operacional – A energia que coube à Itasa em 2016 totalizou 3.540 GWh, vendidos exclusivamente aos três grupos de acionistas da empresa e à consorciada ENGIE.

Desempenho Econômico-Financeiro – A receita líquida gerada com a venda de energia somou R\$ 172 milhões, valor 9,55% ou R\$ 15 milhões superior à receita de 2015. Os custos com a produção de energia atingiram R\$140 milhões, 4,48% superior aos R\$134 milhões registrados no ano de 2015. O lucro líquido da Companhia passou de R\$14 milhões em 2015 para R\$18 milhões em 2016, ou seja, uma elevação de R\$4 milhões. O principal fator que contribuiu para elevação do lucro em 2016 foi o reajuste anual de preço de venda da energia.

Auditoria – Os auditores independentes, BDO Auditores Independentes, não prestou serviços que não fossem os de auditoria das Demonstrações Contábeis divulgadas.

Meio Ambiente – O Consórcio Itá vem desenvolvendo projetos destinados à educação, melhoria do meio ambiente e conscientização ambiental. Os investimentos nesses projetos foram da ordem de R\$ 1,5 milhões em 2016 e R\$ 1,8 milhões em 2015, sendo que a contribuição da Itasa foi de R\$ 0,9 milhões em 2015 e R\$ 1,1 milhões em 2016.

Agradecimentos – A Administração da Itasa agradece a contribuição de todos aqueles que colaboraram para o desempenho da Companhia no ano de 2016.

São Paulo, 03 de março de 2017
A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2016 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Receita Líquida de Vendas	12	172.263	157.433
Custo de Produção de Energia Elétrica			
Pessoal		(11)	(587)
Serviços de terceiros		(19.881)	(18.270)
Tarifa de Transmissão		(48.783)	(44.909)
Compensação Financeira para utilização Recursos Hídricos		(33.390)	(32.718)
Depreciação		(35.146)	(35.010)
Seguros	15	(1.923)	(1.707)
Outros		(1.298)	(423)
		(140.432)	(133.624)
Lucro Bruto		31.831	23.810
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(1.511)	(1.422)
Pessoal e encargos		(2.263)	(2.031)
Taxa de Fiscalização		(874)	(815)
Serviços terceiros		(1.119)	(1.301)
Outros		(5.767)	(5.569)
		26.064	18.241

Lucro antes do Resultado Financeiro

	Nota	2016	2015
Receitas (Despesas) Financeiras			
Renda de aplicações financeiras		2.435	4.940
Juros		(979)	(931)
Variação Monetária		(760)	(1.224)
Outras		(283)	(8)
		413	2.777
Lucro antes dos Tributos		26.477	21.018
Imposto Renda e Contribuição Social corrente	7	(7.413)	(5.358)
Imposto Renda e Contribuição Social diferido	6	(1.441)	(1.683)
Lucro Líquido do Exercício		17.623	13.977

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2016 (Em milhares de reais)

	2016	2015
Resultado Abrangente do Exercício	17.623	13.977
Resultado Abrangente Total do Exercício	17.623	13.977

As notas explicativas anexas são parte integrante dessas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2016 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		17.623	13.977
Lucro do exercício		17.623	13.977
Ajustes para conciliar o Lucro:			
Depreciação e amortização	8	35.158	35.023
Baixa imobilizado líquida	8	1	141
Provisões para causas cíveis e tributárias	10	850	(207)
Provisão Fornecedores	9	499	840
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	1.441	1.684
Provisão para imposto de renda e contribuição social	7	7.413	5.358
		62.985	56.816

Redução (aumento) nos ativos

Contas a receber de clientes	661	(3.861)
Tributos e contribuições sociais a recuperar	118	3.020
Outros	4.610	(1.202)
	5.389	2.043

Aumento (redução) nos passivos

Fornecedores	8	(357)	1.352
Impostos e contribuições sociais a pagar		(957)	(3.856)
Pesquisa e desenvolvimento	9	(2.427)	(1.151)
Compensação Financeira para utilização de recursos hídricos	9	(1.124)	1.144
Outros passivos		(5.671)	(1.040)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(10.557)	(3.712)
		57.817	51.061

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

	2016	2015	
Atividades de investimento			
Aplicação no imobilizado	8	(16.775)	(850)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(16.775)	(850)
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	11	(60.000)	(45.000)
Caixa líquido utilizado nas atividades financiamentos		(60.000)	(45.000)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(42.377)	(30.823)
Caixa e equivalentes			
Saldo inicial	4	36.647	31.436
Saldo final	4	17.689	36.647
Variação		(19.958)	5.211

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

12. Conciliação da Receita Operacional Líquida – Em atendimento às exigências do CPC 30 (R1) – Receitas, a tabela a seguir apresenta a conciliação entre receita operacional bruta e a receita líquida de vendas.

	2016	2015
Receita operacional bruta	172.263	157.433
Fornecimento de energia elétrica (Nota explicativa 16)	2.490	3.024
Suprimento de energia elétrica (Nota explicativa 16)	184.287	168.720
Transações no âmbito da CCEE	4.124	3.410
Outras receitas	–	61
	190.901	175.215

Deduções da receita operacional	(17.658)	(16.207)
PIS e COFINS	(980)	(1.574)
Pesquisa e desenvolvimento	(18.638)	(17.781)
	172.263	157.434

13. Instrumentos Financeiros – a) Categoria de Instrumentos financeiros

	2016	2015
Ativos financeiros:		
Clientes – concessionárias e permissionárias	15.376	16.307
Caixa e depósitos bancários a vista	9	21
Aplicações financeiras	17.680	36.626
	33.065	52.954

Passivos financeiros: 15.225 15.082
Fornecedores

b) Risco de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os principais riscos de mercado que a Companhia está exposta são os seguintes: b.1) **Riscos relacionados às aplicações financeiras:** A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que atualmente todos estão alocados em certificados de depósitos bancários. b.2) **Risco cambial, de taxa de juros e índices flutuantes:** A Companhia não adotou o procedimento de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros, porém vem monitorando continuamente as variações de câmbio, a fim de observar eventual necessidade de contratação desses instrumentos. c) **Valor justo dos instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia não identificou entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras a ocorrência de diferenças relevantes originadas por operações que envolvam instrumentos financeiros que requerem divulgação específica. Os valores das aplicações financeiras registrados nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores de realização em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilidade imediata. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

14. Cobertura de Seguros – A Companhia está inserida na apólice de seguro da acionista ENGIE Brasil Energia S.A., com os seguintes valores declarados:

Tipo de seguro	Valor em risco		Limite de indenização		Vigência da apólice
	em R\$ mil	em US\$ mil	em R\$ mil	em US\$ mil	
Danos materiais	2.929.841	899.000	814.750	250.000	31/05/2017
Responsabilidade civil	–	–	162.950	50.000	28/02/2017
	2.929.841	899.000	977.700	300.000	

O limite máximo para indenização de danos materiais é de US\$250.000 mil, equivalentes a R\$849.175 mil em 31 de dezembro de 2016 por evento. A adequação dos limites de cobertura dos seguros contratados não foi examinada pelos auditores independentes.

15. Transações com Partes Relacionadas

	Receita bruta	Clientes	Serviços terceiros	Fornecedores	2016
ENGIE	120.390	9.753	18.173	1.373	1.373
CSN	63.149	5.349	–	–	–
Itambé	3.238	2.274	–	–	–
	186.777	15.376	18.173	1.373	1.373

	Receita bruta	Clientes	Serviços terceiros	Fornecedores	2015
ENGIE	105.539	10.414	16.492	1.442	1.442
CSN	62.976	5.349	–	–	–
Itambé	3.229	274	–	–	–
	171.744	16.037	16.492	1.442	1.442

a) ENGIE e CSN: Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com fornecimento de 167 MW médios de energia de propriedade da ITASA na UHE Itá, regido por acordo firmado entre os acionistas da Companhia, com vigência até 16 de outubro de 2030. **b) ENGIE:** Contrato de Compra e Venda de 61 MW médios de energia reajustado pela variação do Dólar comercial e do índice 64 – Consumer Price, com vigência até 16 de outubro de 2030. Adicionalmente, o Contrato de Consórcio pertence às partes que a diferença entre a energia gerada pela usina e a energia do projeto rateada pertence integralmente à ENGIE. Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção da UHE Itá, celebrado pela Companhia, no âmbito do Consórcio Itá, com vigência até 16 de outubro de 2030, cujos valores são reajustáveis anualmente pelo índice IGP-M. Contrato de Gestão Técnica e Financeira, firmado em 01 de setembro de 2009, cujo objeto é a prestação de serviços de gestão, pela ENGIE, do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento-P&D da ANEEL para a aplicação dos recursos correspondentes a 0,4% (zero virgula quatro por cento) da Receita Operacional Líquida Anual da ITASA em projetos de pesquisa e desenvolvimento ("P&D"), conforme Lei Federal nº 12.212/2010. **c) Itambé:** Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, com fornecimento de 91MW médios de energia de propriedade da ITASA na UHE Itá, regido por acordo firmado entre os acionistas da Companhia, com vigência até 16 de outubro de 2030.

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga por serviços de administradores está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Honorários	132	114
Encargos sociais	26	23
	158	137

16. Transações não Envolvendo Caixa – Durante o ano de 2016 e 2015, a Companhia realizou as seguintes atividades não envolvendo caixa, portanto, estas foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	2016	2015
Conta		807	4.203
Imposto de renda e contribuição social compensados		807	4.203
Dividendos mínimos obrigatórios	11.d	4.186	3.319

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2016 (Em milhares de reais)				
Ativos	Nota	2016	2015	
Ativos Circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.689	36.647	
Clientes	5	15.376	16.037	
Serviços em curso – P&D		1.482	3.452	
Adiantamentos a terceiros		–	2.221	
Outros ativos circulantes		777	1.314	
		35.324	59.671	
Ativos Não Circulantes				
Realizável a longo prazo:				
Impostos a recuperar		182	182	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	29.036	30.477	
Imobilizado	8	516.187	534.571	
		545.405	565.230	
Total		580.729	624.901	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivos e Patrimônio Líquido	Nota	2016	2015
Passivos Circulantes			
Fornecedores	9	15.225	15.082
Compensação financeira para utilização de recursos hídricos		5.016	6.140
Pesquisa e desenvolvimento		7.185	9.612
Dividendos a pagar		24.186	3.319
Obrigações tributárias e trabalhistas		2.328	1.566
Provisão para causas cíveis, fiscais e trabalhistas	10	1.400	1.400
		55.340	37.119
Passivos Não Circulantes			
Provisão para causas cíveis, fiscais e trabalhistas	10	3.020	2.170
		3.020	2.170
Patrimônio Líquido	11		
Capital social		510.136	510.136
Reservas de lucros		48.217	127.703
Dividendos Adicionais Propostos		12.556	–
Ajustes de avaliação patrimonial		(48.540)	(52.227)
		522.369	585.612
Total		580.729	624.901

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2016 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva de retenção de lucros	Reserva legal				
Saldos em 31 de dezembro de 2014		510.136	19.106	–	(55.914)	–	618.927
Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado	8	–	–	–	3.687	(3.687)	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	13.977	13.977
Destinações do lucro líquido do exercício							
Reserva legal	11b	–	699	–	–	(699)	–
Dividendos extraordinários referente ao exercício 2015	11c	–	–	(43.973)	–	–	(43.973)
Dividendos mínimos obrigatórios	11b	–	–	–	–	(3.319)	(3.319)
Reserva de retenção de lucros	11d	–	–	6.272	–	(6.272)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2015		510.136	19.805	107.898	(52.227)	–	585.612
Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado	8	–	–	–	3.687	–	–
Dividendos Intermediários	11c	–	–	–	–	(76.680)	(76.680)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	17.623	17.623
Destinações do lucro líquido do exercício							
Reserva legal	11b	–	881	–	–	(881)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	11b</						



ITÁ ENERGÉTICA S.A.
CNPJ nº 01.355.994/0001-21



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Itá Energética S.A. – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da **Itá Energética S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Itá Energética S.A.** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **Itá Energética S.A.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência

de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de março de 2017



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2SP 013.846/O-1

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1SP 120.458/O-6